



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADOS: Delsa Maria Silva Lima Longanese e Júlio César Ribeiro		UF: SP
ASSUNTO: Recursos contra as decisões dos Pareceres CNE/CES nº 418/2012 e nº 419/2012, que indeferiram pedidos de convalidação de estudos e validação nacional de títulos obtidos no curso de mestrado em Direito, da Universidade São Francisco, com sede no Município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo.		
RELATOR: Mozart Neves Ramos		
PROCESSOS N^{os}: 23001.000032/2013-23 e 23001.000031/2013-89		
PARECER CNE/CP N^o: 8/2013	COLEGIADO: CP	APROVADO EM: 5/11/2013

I – RELATÓRIO

Júlio César Ribeiro e Delsa Maria Silva Lima Longanese recorreram, separadamente, porém com igual teor, para que não haja homologação dos Pareceres CNE/CES nº 418/2012 e nº 419/2012 que indeferiram seus pedidos de convalidação de estudos e validação nacional do título obtido no curso de mestrado em Direito, da Universidade São Francisco, com sede no Município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo.

No pedido inicial, Júlio César Ribeiro havia requerido em conjunto com Flávio Fernandes Pancetta, tendo ambos recebido o mesmo indeferimento de seus pedidos, pelo Parecer CNE/CES nº 419/2012, assim como Delsa Maria Silva Lima Longanese, pelo Parecer CNE/CES nº 418/2012.

Os requerentes foram alunos matriculados no Curso de Mestrado em Direito, oferecido pela referida Universidade, tendo sido o curso aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), por meio da Resolução nº 04/99, que institui os Programas de Mestrado e Doutorado em Direito, com fundamento no artigo 15, do Estatuto da Universidade São Francisco, e nessa condição cumpriram todos os requisitos do curso, frequentando disciplinas, seminários e desenvolvendo, sob orientação, suas respectivas dissertações, sendo arguidos por banca examinadora e aprovados para receberem o título de Mestre em Direito.

De acordo com a documentação apresentada pelos requerentes, a implantação do Programa de Mestrado em Direito se fizera dentro das prerrogativas concedidas pelo parágrafo primeiro, do artigo 5º, da Resolução CFE nº 5/83 do então Conselho Federal de Educação, que disciplinava a validade dos títulos obtidos nos Programas de Pós-Graduação nos anos de 1999 e 2000, anos de ingresso, respectivamente, de Delsa Maria Silva Lima Longanese e de Júlio César Ribeiro.

A Câmara de Educação Superior, em 6 de dezembro de 2012, aprovou os votos desfavoráveis do Relator Conselheiro Arthur Roquete de Macedo nos Pareceres CNE/CES nº 418/2012 e nº 419/2012.

Em resumo, na apreciação de ambos os Pareceres, o Relator, destacou que o pedido de convalidação dos títulos de Mestre foi obtido em programa organizado segundo as orientações da Resolução CFE nº 5, de 1983, o qual, no entanto, não conseguiu avaliação favorável da CAPES e reconhecimento do Ministério da Educação. Constatou, ainda, que as informações relacionadas com a avaliação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de

Nível Superior (CAPES) não foram incorporadas aos respectivos processos, até porque não havia o que incorporar, vez que na CAPES, segundo sua Diretoria de Avaliação, não há qualquer registro *quanto à análise de proposta de curso de Mestrado em Direito da USF que tenha sido recomendada ou não recomendada em termos de mérito, por aquela agência.*

Continuou o Relator em suas apreciações que *a ausência de registros na Pós-Graduação constitui obstáculo intransponível à decisão favorável do pleito* de convalidação de título de Mestre, podendo-se até reconhecer que cumpriu as determinações da Resolução CFE n^o 5/83, mas não completamente, ilustrando essa afirmação com transcrições do artigo 5^o dessa Resolução.

Por essa norma legal, havia a necessidade de comunicar aos órgãos do Ministério da Educação o início de funcionamento de cursos de pós-graduação, não havendo, na documentação que integra o presente processo, indícios de que esta comunicação tenha sido efetivada. Além disso, considerou que entre a aprovação do Programa na Universidade São Francisco, em março 1999, e as datas das arguições a que foram submetidos, houve intervalo de tempo suficiente tanto para o atendimento da Resolução CFE n^o 5/83, no que refere ao registro do curso em período de funcionamento experimental, quanto para o ajustamento do programa à Resolução CNE/CES n^o 1, de 3 de abril de 2001, que veio a estabelecer normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação, revogando aquela.

Assim, do ponto de vista da legislação citada, o aluno matriculado em curso ou programa iniciado antes de 2001, sob a égide da Resolução CFE n^o 5/1983, que não veio a merecer, *a posteriori*, recomendação da CAPES, só tem direito à convalidação de seus estudos e à validação nacional de seu título, se isso não configurar uma convalidação automática de diploma de pós-graduação e se atendidos os termos da Chamada Pública CNE n^o 1/2007, segundo a qual é condição a existência, na CAPES, de registros e fichas de avaliação.

Uma vez que não foi possível comprovar a existência de documentos que demonstrassem que a Universidade submeteu o curso às avaliações realizadas pela CAPES, conforme requisitado pela citada Chamada Pública, o Relator manifestou-se contrário à convalidação dos estudos dos requerentes no referido curso e à validação nacional do respectivo título pelos Pareceres CNE/CES n^o 419/2012 e CNE/CES n^o 418/2012.

Após a aprovação destes pareceres, Júlio César Ribeiro e Delsa Maria Silva Lima Longanese recorreram, separadamente, porém com igual teor, para que não sejam eles homologados, visando a obter a pretendida convalidação de estudos e validação nacional do título de Mestre.

Posteriormente, em julho e em agosto de 2013, Júlio César Ribeiro, em apoio ao seu recurso, encaminhou dois expedientes, ambos com a juntada de documentos para reforçar seu pleito.

Por outro lado, posteriormente, em agosto deste ano, foi juntado ao processo um Relatório do Núcleo de Legislação e Normas Educacionais da Universidade São Francisco, contendo em anexo documentação comprobatória referente aos estudantes. Anteriormente, por iniciativa da Secretaria Executiva do CNE, os interessados tomaram ciência de que a Universidade, ao receber diligência que lhe solicitava esclarecer os motivos da ausência, no processo n^o 23001.000149/2008-40, de documentos que indicassem a data de envio do processo para análise da CAPES e das fichas de avaliação sobre o Programa de Mestrado em Direito, informara, por meio do ofício SG No 08/2009, da incabível *“impossibilidade de envio das informações solicitadas em virtude de reestruturações administrativas realizadas em gestões anteriores, tais informações encontram-se indisponíveis no presente momento. Posto que tal fato impede o atendimento integral dos termos da diligência, solicitamos o arquivamento do Processo n^o 23001.000149/2008-40”*.

Os requerentes Júlio César Ribeiro e Delsa Maria Silva Lima Longanese, em seus recursos, apresentam razões que são, a seguir, resumidamente indicadas, seguidas de observações deste Relator:

– Invocam erro de fato, alegando que a Chamada Pública CNE n^o 01/2007 indicaria que a CAPES teria conhecimento de que a Universidade São Francisco oferecia o Curso de Pós-Graduação em Direito, e que não fora objeto de reconhecimento.

Observação: a Chamada Pública foi genérica, para toda e qualquer IES, sem direcionamento específico para uma dada Instituição; portanto, não implicou em indicação de que o curso da Universidade São Francisco seria, de fato, do conhecimento da CAPES.

– Os pleiteantes insinuam contradição do Relator dos Pareceres CNE/CES n^o 419/2012 e CNE/CES n^o 418/2012, quando o indeferimento contrariaria a afirmação que reproduzem: *“ficou caracterizado que, do ponto de vista da legislação, o aluno matriculado em curso ou programa iniciado antes de 2001, sob a égide portanto da Resolução CFE n^o 5/1983, cujo curso não veio a merecer, a posteriori, recomendação da CAPES, tem direito à convalidação de seus estudos e à validação nacional de seu título”*

Observação: não há contradição, pois os pleiteantes omitem a sequência condicionante do texto: *“desde que isso não configure uma convalidação automática de diploma de pós-graduação. Nos termos da Chamada Pública CNE n^o 1/2007, essa condição é garantida pela existência, na CAPES, de registros e fichas de avaliação.”*

– Os pleiteantes invocam o Art. 37 do Decreto n^o 3.860/2001, vigente à época, como aplicável, para assegurar, a alunos de cursos desativados, o direito de diplomação e de sua validade, apenas mediante comprovação do aproveitamento escolar.

Observação: ocorre que o Art. 37 do referido Decreto explicita uma das situações previstas no seu Art. 35, que estabelece ações punitivas para as IES em casos de deficiências, irregularidades ou descumprimento de termo de compromisso, não se enquadrando nele os casos em exame, em que a desativação espontânea do curso pela Universidade São Francisco se deu após a conclusão do curso, não cabendo, pois, invocá-lo, embora, por analogia, mereça reflexão sobre sua aplicação.

– Invocam decisão judicial (TRF2, AC 437177 RJ 2007.51.04000840-3) favorável à expedição de diplomas, mesmo quando o curso não foi definitivamente reconhecido pelo MEC, havendo boa fé e desempenho das obrigações inerentes à atividade acadêmica.

Observação: é relevante esta invocação, pois, efetivamente, há outras decisões da Justiça no sentido de acolher a validade de estudos realizados e diplomas obtidos em situações análogas.

Também a ser considerada a tese dos pleiteantes de que houve situação jurídica consolidada nos termos da legislação vigente à época, tendo a Chamada Pública CNE n^o 1/2007 sido editada posteriormente, atingindo fatos e efeitos jurídicos perfeitos e acabados.

– Os requerentes invocam, ainda, princípio do Direito Administrativo, citando o Parágrafo 2^o da Lei n^o 9781/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública, o qual prescreve que a estes processos serão observados, entre outros, os critérios de atuação conforme a lei e o Direito, citando autor em apoio à aplicação mitigada da legislação para prevalência do Direito.

Observação: sem dúvida, é possível encontrar na legislação e sua interpretação, na doutrina jurídica e na jurisprudência apoio aos pleitos apresentados, sem que, com isso, a questão seja elucidada completamente.

– Trazem à colação, ainda, o Parecer CNE/CES n^o 226/2007, o qual, embora não trate de situações idênticas aos casos aqui analisados, tem alguns pontos de contato, pois diz respeito a cursos não reconhecidos que, no entanto, criaram situações consumadas que devem

ser resguardadas sob o amparo do princípio da segurança jurídica. Nesse sentido e, também, baseada em jurisprudência, a Relatora concluiu seu voto favorável à convalidação dos estudos e à validação nacional dos títulos de Mestrado dos alunos relacionados no processo por terem atendido as exigências do curso.

Observação: o citado Parecer afirma que “*Em situações semelhantes, no entanto, a CES/CNE tem por princípio não se ater apenas à verificação dos aspectos jurídicos do processo, mas, sim, manter-se atenta aos contornos acadêmicos nos quais os alunos se titularam, a fim de ter garantias mínimas da qualidade do título obtido, em que pese a não recomendação do curso*”.

– Em razão dessa ressalva referente à qualidade do título obtido, e para comprová-la, os requerentes renovam a apresentação do que e como realizaram seus estudos, suas Dissertações de Mestrado, seus orientadores e composição das respectivas Bancas Examinadoras.

Observação: renovam informações constantes dos pedidos iniciais, embora, posteriormente, o estudante Júlio César Ribeiro tenha obtido e encaminhado um Relatório do Núcleo de Legislação e Normas Educacionais da Universidade São Francisco, com documentação comprobatória constante de *Editais de Qualificação e Arguição Final e Atas de Qualificação e Arguição Final* dele, Júlio César Ribeiro, e de Flávio Fernandes Pacetta e Delsa Maria Silva Lima Longanese.

– Apresentam digressão sobre direitos sociais e fundamentais (Art. 6º da Constituição Federal), entre os quais o da educação e o do trabalho, e do incentivo à educação por ela preconizada, bem como sobre a finalidade do pleno desenvolvimento do educando previsto pela LDB, os quais não estariam sendo atendidos pelo MEC, pela CAPES e pelos Pareceres deste Conselho objeto dos recursos. Daí, decorreria erro de direito nestes Pareceres.

Observação: este Relator acolhe, obviamente e como não poderia deixar de acolher, todos os preceitos constitucionais e legais invocados, referentes aos direitos à educação e ao trabalho, lembrando, porém que a Constituição Federal também prescreve, no seu Art. 206, que o ensino será ministrado com base em princípios, entre os quais o da “*garantia de padrão de qualidade*”, e que dispõe, no Art. 209 que o ensino é livre à iniciativa privada, *atendidas as condições de cumprimento das normas gerais da educação nacional e de autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público*.

Por seu lado, a LDB prevê, no seu Art. 9º, que à União incumbir-se-á de, entre outras atribuições, “*baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação*”, e “*autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino*”, entre os quais está a Universidade São Francisco. Esta, embora tenha prerrogativas de autonomia, a exerce nos limites da legislação e das normas decorrentes, visando à “*garantia de padrão de qualidade*”, como são as normas deste Conselho, do MEC e da CAPES.

O estudante Júlio César Ribeiro, por sua vez, também juntou novos documentos, mediante dois expedientes, um de 16/7/2013 e outro, de 01/8/2013.

No primeiro, renova argumentação de seu pedido inicial, destacando-se o estranhamento pela conduta da Universidade São Francisco de não fornecer ao Conselho Nacional de Educação informações solicitadas, alegando que “*em virtude de reestruturações administrativas realizadas em gestões anteriores, tais informações encontram-se indisponíveis no presente momento*”.

Por isso, envidou esforços para obter e encaminhar “*Ata de Reunião Acadêmico-Administrativa do Programa de Mestrado em Direito/USF*”, na qual está registrado que o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação discorreu sobre o relacionamento de cursos de Pós-graduação com MEC e a CAPES, tranquilizando os presentes quanto ao “*funcionamento legal do curso*”.

Esta Ata traz dúvida sobre a questão, mesmo porque a Diretoria de Avaliação da CAPES/MEC, em ofício datado de 14/7/2011, havia explicado que, em consulta ao aplicativo *Memória da Pós-Graduação e ao Sistema Nacional de Pós-Graduação*, constatou-se que a Universidade São Francisco não possuía curso de Direito recomendado pela CAPES, e que a referida instituição não encaminhara nenhuma proposta de curso novo em Direito, desde o ano de 2001, data em que se iniciaram os registros de envio eletrônico de propostas (nos grifos destaca-se que a negativa não é de qualquer registro, mas, sim, de *registro eletrônico desde 2001*). Além da Ata, junta e-mail da Universidade, de 6/10/2000, para outro estudante, informando que o programa estava passando por fase de adequação aos critérios exigidos pela CAPES.

Como o programa dos pleiteantes foi cursado entre 1999 e 2002, criam-se realmente dúvidas se houve ou não interlocução, por outros meios que não eletrônicos, da Universidade com o MEC/CAPES.

No segundo expediente, o peticionário reforça argumentos e documentos anteriores, com a juntada de cópia de ofício de 21/11/2000 do Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão ao Coordenador da Comissão de Pós-Graduação do Curso de Mestrado em Direito sobre a situação do referido programa, no qual afirma estar encaminhando junto à CAPES o processo de reorganização de seus programas de estudos de Pós-Graduação *stricto sensu*. Este documento, a se crer na palavra do Pró-Reitor, fornece indícios, embora não provas, de ter havido interlocução com a CAPES, o que a tornaria conhecedora de fatos e informações sobre o curso, dando razão ao requerente.

É relevante para a análise destes recursos o encaminhamento por Júlio César Ribeiro, que veio a ocorrer, em 13 de agosto deste ano, de documentação comprobatória juntada ao processo e referente a ele, Flávio Fernandes Pacetta e Delsa Maria Silva Lima Longanese.

Tal documentação, constante de *Editais de Qualificação e Arguição Final e Atas de Qualificação e Arguição Final* de cada um, veio anexada a um *Relatório do Núcleo de Legislação e Normas Educacionais da Universidade São Francisco*. Lembra-se que anteriormente, o Programa de Mestrado em Direito daquela instituição, havia informado da “*impossibilidade de envio das informações solicitadas em virtude de reestruturações administrativas realizadas em gestões anteriores, tais informações encontram-se indisponíveis no presente momento. Posto que tal fato impede o atendimento integral dos termos da diligência, solicitamos o arquivamento do Processo nº 23001.000149/2008-40*”. Esta incabível falta de atendimento da solicitação e a unilateral solicitação de arquivamento de processo trouxeram, sem dúvida, prejuízos aos pleitos dos estudantes, só agora sanáveis, pelo menos em parte substantiva, no que diz respeito às respectivas Qualificações e Arguições Finais.

Apreciação do Relator

Face ao exposto, verifica-se que os requerentes foram vítimas de omissões da Universidade São Francisco que, apesar de ter regularmente criado, sob a égide da Resolução CFE nº 5/83, o Curso de Mestrado em Direito, ela não desenvolveu tempestivamente as medidas necessárias para a regularização do Curso de Mestrado em Direito perante a CAPES, conforme destacou os Pareceres objeto dos presentes recursos. Havia necessidade de comunicar aos órgãos do MEC, responsáveis pela pós-graduação, o início de funcionamento do referido curso.

As irregularidades, no entanto, foram da instituição e não dos estudantes do referido curso, que nele, de boa fé, se matricularam e realizaram com aproveitamento as obrigações acadêmicas e o concluíram, como comprovado, para a obtenção do título de Mestre em Direito. De qualquer modo, são irregularidades adjetivas, de ordem processual, que não invalidam o aprendizado visado pelo programa.

Em inúmeros casos de convalidação de estudos e conseqüente validação nacional de títulos, este Conselho já firmou jurisprudência favorável, consagrada pelo menos quando o curso veio a ser recomendado *a posteriori* pela CAPES, sendo desnecessário lembrá-los, porém destaca-se um deles, o Parecer CNE/CES nº 55/2003, no qual se afirma que importa “*observar que todo curso é válido desde o seu início, isto é, desde a sua criação pelas universidades, ou desde a sua autorização governamental para os cursos oferecidos por instituições não-universitárias, especialmente nas instituições públicas, pois não se pode admitir que, em não sendo ele reconhecido, desperdiçados estariam os recursos públicos ou privados nele aplicados, prejudicados restariam os alunos que agiram de boa-fé, que nenhum direito teriam, sem que ninguém viesse a ser responsabilizado.*”

Este Parecer transcreve, ainda, decisões judiciais favoráveis a pleitos sobre a matéria. Assim, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Apelação em Mandado de Segurança – 01360251 - Processo: 1994.01.36025-1 UF: RO):

“I. Compete ao Ministério da Educação, por seus órgãos de fiscalização, evitar que o ensino público ou particular seja ministrado com inobservância das formalidades próprias da espécie, em especial a própria autorização para seu funcionamento, ainda que provisoriamente, sob observação para futuro reconhecimento definitivo.

II. Todavia, firmou-se na jurisprudência, e com justiça, o entendimento de que os alunos que, em absoluta boa-fé, envidam seus esforços e despendem seus recursos financeiros participando de cursos de nível superior, tidos, mais tarde, como irregulares, não podem ser penalizados pela omissão dos poderes públicos em proceder à eficaz fiscalização, evitando tais acontecimentos. (g.n.)

III. Na hipótese em comento, os impetrantes lograram ingresso, mediante exame vestibular em curso ministrado por universidade federal. Não podem, pois, ao término do mesmo, ter recusado o pedido de expedição do diploma respectivo, quando se verifica que o descaso começou pela própria instituição de ensino, que, negligentemente, sequer requerera ao MEC autorização inicial e provisória para realizar o curso de Psicologia, somente vindo a fazê-lo cinco meses após a sua conclusão pelos estudantes. (g.n.)

Há, no entanto, casos de convalidação de estudos de pós-graduação realizados em cursos que tiveram seus pedidos de recomendação explicitamente indeferidos pela CAPES.

É o caso, por exemplo, do Parecer CNE/CES nº 27/2009, sobre Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, aberto na vigência da Resolução CFE nº 5/83 e teve início em 1999. Diz o Parecer que a proposta do curso foi encaminhada à CAPES, mas não obteve a devida recomendação e acrescenta: “*Os alunos iniciaram o seu curso em 1998 e 1999 e defenderam as dissertações de acordo com o regulamento do Curso. Dessa forma, como o ingresso se deu antes da promulgação da Resolução CNE/CES nº 1/2001, presume-se o direito de reconhecimento e validação nacional de seus títulos*”.

É o caso, também, do Parecer CNE/CES nº 226/2007, trazido à colação pelos requerentes, em que a Universidade interessada criou o programa de Mestrado em Direito sob a égide da Resolução CFE nº 5/83, mas não obteve a recomendação solicitada à CAPES. Alegou o princípio da segurança jurídica positivado no artigo 2º da Lei 9.784/99, citando julgado do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (AMS 89.01.20620-0/MADJ 25.09.89) e invocando o direito dos alunos pela teoria do fato consumado. Assim, invalidar uma situação irregular passada causaria ainda maiores agravos ao Direito, por afrontar à a segurança jurídica e a boa-fé.

Em caso tal como o atualmente em exame, de IES que não comunicou a criação e início de curso à CAPES, o Parecer CNE/CES n^o 29/2009 convalidou estudos e validou nacionalmente o título de Mestre dos estudantes que cumpriram com aproveitamento todas suas obrigações acadêmicas, observando que:

“...a IES atendeu a todas as exigências legais em vigor à época. O curso foi aberto de forma regular e os atos acadêmicos cumpridos de acordo com as normas internas da instituição. O funcionamento em caráter experimental atendeu à Resolução CFE n^o 5/83.

Em situações semelhantes, a CES/CNE tem por princípio não se ater apenas à verificação dos aspectos jurídicos do processo, mas, sim, manter-se atenta aos contornos acadêmicos nos quais os alunos se titularam, a fim de ter garantias mínimas da qualidade do título obtido.” (g.n.)

Considerando o exposto, bem como a comprovação constituída pelos *Editais de Qualificação e Arguição Final e Atas de Qualificação e Arguição Final* de cada um dos requerentes, só obtidos e encaminhados posteriormente aos Pareceres recorridos, e considerando que a omissão que gerou a irregularidade do curso foi da instituição e não dos estudantes, os quais, de boa fé nele se matricularam, cumpriram as obrigações acadêmicas, tiveram aproveitamento e o concluíram como comprovado, conclui-se que podem ser aceitos os recursos dos requerentes, no sentido de revisão dos Pareceres CNE/CES n^o 419/2012 e CNE/CES n^o 418/2012, para que sejam convalidados os estudos e validados nacionalmente os títulos de Mestre dos requerentes, obtidos no curso de Mestrado em Direito, ministrado pela Universidade São Francisco, com sede no Município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 33 do Regimento Interno do CNE, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhes provimento, no sentido de revisão dos Pareceres CNE/CES n^o 419/2012 e CNE/CES n^o 418/2012, convalidando-se os estudos e validando-se nacionalmente os títulos de Mestre de Júlio César Ribeiro, RG 7.547.329 SSP-SP, e Delsa Maria Silva Lima Longanese, RG 5.564.656-6, obtidos no curso de Mestrado em Direito, ministrado pela Universidade São Francisco, com sede no Município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo.

Por ser similar o caso de Flávio Fernandes Pancetta, RG 19.772.461.9 SSP-SP, também peticionário do pedido inicial, e por economia processual, igualmente convalidam-se por este Parecer seus estudos e valida-se nacionalmente seu título de Mestre, obtido no referido curso e ministrado pela mesma Universidade.

Brasília (DF), 5 de novembro de 2013.

Conselheiro Mozart Neves Ramos – Relator

III – DECISÃO DO CONSELHO PLENO

O Conselho Pleno aprova, por unanimidade, o voto do Relator.
Sala das Sessões, em 5 de novembro de 2013.

Conselheiro José Fernandes de Lima – Presidente